

QUE DIRIGEM E PROVOCAM AS VOLIÇÕES DOS JURADOS, ALINHAM-SE OS MOTIVOS ILÓGICOS OU ALÓGICOS, muitas vèzes estranhos ao caso.

Tôdas as sentenças dos juizes — generaliza RUMPF — são atos de vontade (*Willensmässige*). E ABBEG esclarece:

*Nas sentenças civeis*, predomina o SABER jurídico do juiz; mas *sentenças criminais*, predomina o QUERER do juiz.

E GORPHE acentua uma nova distinção a fazer-se: Mesmo no juízo cível, quando se trata de *sentenças declarativas* (ou declaratórias) — que se limitam a reconhecer direitos preexistentes — predomina o SABER do juiz; quando se trata de *sentenças atributivas* ou constitutivas de direitos, predomina o ARBITRIO ou vontade do juiz.

A êste arbitrio, costumam dar o nome de EQUIDADE.

“O papel dos elementos extra-intelectuais não impede que a justiça deva conservar um caráter RACIONAL, que é salvaguardado, em seu espírito, pela aplicação dos princípios jurídicos, e, em sua forma, pela motivação das decisões.

Ê este espírito de generalização racional que comunica à jurisprudência a força que ela tem”. Compete ao Supremo Tribunal Federal ou Suprema Corte de cada país vigiar por êle, fazendo-se o guardião vigilante da Unidade da Jurisprudência.

A segunda parte do livro trata das operações intelectuais sucessivas que levam da “posição do litígio” à “decisão da demanda”.

Não é possível analisar êste assunto na brevidade de uma nota bibliográfica. Ressaltarei, apenas, o tópico com que o autor remata a conclusão do livro:

“A aptidão a julgar bem exige, para ser exercida convenientemente, não sòmente uma formação, conhecimentos e experiência, como também condições morais favoráveis, que dão o desinteresse e a serenidade. Tudo se radica no espírito. “A justeza do espírito — dizia, com razão, DUCLOS — depende da retidão do coração e da calma das paixões. “A agitação do coração perturba a aplicação do “discernimento” e rompe nomentâneamente o equilíbrio mental. A consciência do juiz, que pesa as ações de outrem, precisa de paz, de saúde, de equilíbrio, e nela deve imperar a justiça, que se trata de aplicar. “Antes de julgardes — clamava GRIMM — trabalhai para adquirirdes a justiça”. E a Escritura, no Livro da Sabedoria, já recomendara desde há muitos séculos: “Amái a Justiça, juizes da Terra: *Diligite justitiam, qui judicatis terram*”. (A mesma idéia se encontra em um antigo glossador: é na alma dos justos que a Justiça repousa). E, da consciência do Juiz é que ela irradia no pretório”. — LYDIO MACHADO BANDEIRA DE MELLO.

HENRI GUITTON: *L'Objet de l'Economie Politique* — Librairie Marcel Rivière et Cie. Paris, 1951 (196 págs.) — Suivi d'observations de Leon Dupriez et Francesco Vito et d'une Bibliographie analytique et critique.

Sob a direção de Robert Mossé vêm-se publicando, a partir de 1950, os “Bilans de la Conaissance Économique”, coleção de estudos econômicos a propósito dos vários problemas da ciência, subordinados todos à mesma disposição metodológica — começando por uma *perspectiva geral* da matéria objeto do volume, seguida de *observações* entregues a dois especialistas e, por fim, de *bibliografia* analítica e crítica sòbre o assunto.

No prefácio ao primeiro volume da coleção, dedicado a “La Monnaie”, escrito por Robert Mossé, com observações de Luigi Federici e Robert Triffin, salientou Howard S. Ellis as vantagens de tal iniciativa, principalmente quando se faz essencial, “em face do desenvolvimento da ciência econômica, em dimensão e em complexidade” o apêlo aos especialistas, já que “não se pode exigir de um economista que fale com autoridade em mais de uma ou duas es-

pecialidades" (pág. 7). E não há negar a exatidão da assertiva do ilustre Professor da Universidade da Califórnia.

A primeira parte dos volumes da coleção — ensaio de síntese — segue-se dois estudos complementares de dois autores, que "poderão fazer aparecer sucintamente uma ou várias interpretações diferentes daquela do autor principal", trazendo contribuição apreciável ao conhecimento do estado atual das análises do tema, autêntico *balanço* de conhecimentos. Por fim a bibliografia analítica e crítica contém a enumeração e análise das obras mais relevantes sobre o assunto, onde se colherão informações seguras dos mais variados trabalhos.

O volume de Henri Guitton sobre "L'Objet de l'Economie Politique", segundo da coleção, mereceu-nos esta especial referência pela importância do tema a que se refere. Com efeito, dedicado à pesquisa de base, reveste-se de singular interesse numa disciplina que não teve precisados seus conceitos fundamentais, dentre os quais avulta o do seu objeto.

Pode parecer estranho que se tenha erigido em conhecimento científico, se a respeito de seu objeto não acordam os doutores. É que, ciência nova, cujo conteúdo mergulha na realidade, mutável e dificilmente fixável, a economia padece, por isso mesmo, ainda hoje, de dolorosa inflexibilidade de conceitos. Aliás, diga-se de passagem, tôdas as ciências viveram êste estágio, e mesmo aquelas que pretendem constituir, atualmente, conhecimento exato e determinado, sofrem, com as últimas pesquisas, impactos muito sérios em convicções tidas como inatingíveis na sua certeza e precisão. O plano da obra é o seguinte:

*Perspectiva geral, por Henri Guitton.*

*Introdução —*

*Capítulo primeiro — A Economia Política à imagem das ciências físicas.*

*Secção I — A definição pela materialidade. — Secção II — A definição pela permutabilidade — Secção III — A definição pela raridade. — Secção IV — Ensinaamentos dum primeiro balanço.*

*Capítulo segundo — A Economia Política ciência da ação humana.*

*Secção I — O perigo das analogias e o perigo das dissociações. — Secção II — Os deveres de uma ciência humana.*

*Conclusão*

*Observações, por Léon Dupriez e por Francesco Vito.*

*Bibliografia analítica e crítica.*

No prefácio que escreveu a êste volume, Robert Mossé salienta as dificuldades do tema, expondo-se, quem o debate, "a ver surgir, de instante em instante, todos os problemas de nossa disciplina, sem poder encontrar linha de demarcação. Não se trata mais de estudar um compartimento de terreno, mas de proceder a uma análise crítica, incidindo sobre tôda a ciência econômica" (pág. 15). A começar do próprio significado do termo *objeto*, "tão rico de sentidos, que engendra a confusão".

Na Introdução, Guitton repisa essas dificuldades e, expondo os motivos por que adotou o método do livro, afirma que, "no fundo, está em causa a distinção entre o conhecimento e a ação, e, mais profundamente ainda, a noção mesma de ciência, quer dizer, um problema de epistemologia"; e que o "problema está em perpétua mutação".

Ainda assim, de modo simplista (e lembra A. Piettre), poder-se-ia afirmar que "a Economia foi, de início, política, deixou de o ser e tende a sê-lo novamente. Ainda que isso não seja perfeitamente exato, porque cada período guarda reminiscências do que o precedeu".

Dividido o estudo em dois capítulos, no primeiro trata da *concepção marxista da ciência*, "constituindo-se segundo o modelo das ciências físicas", "tendo como ponto comum — a neutralidade da ciência econômica" (págs. 25 e 27). Três idéias mestras fixa então: a materialidade, a permutabilidade e a raridade; na primeira — a economia como ciência das riquezas; na segunda — ciência social da troca; e na terceira — ciência das escolhas oportunas e eficazes.

O segundo capítulo estuda a economia como ciência da ação humana, ligada, nas suas finalidades, ao homem, "definida pela satisfação das necessidades, mas segundo uma hierarquia conforme à essência da natureza humana"; ciência das trocas, mas conformes àquelas necessidades das escolhas eficazes e oportunas, mas na medida em que a eficácia ou a oportunidade se conformam à finalidade humana.

Dai à conclusão — ciência da ação humana — não há fugir. Mas *objetivá-la* não é fácil porque desde logo há que entender-se sobre o modo de conceber o homem (pág. 103). "O objeto a conhecer é de tal complexidade, que permanece prêso a opções ou margens, vale dizer, não se delimita com rigor absoluto: é relativo, essencialmente".

E se é verdade afirmar-se que há o *material* no ato econômico, é falso assegurar que só há o material, porque também há que cogitar do imaterial; se é verdade que há o *individual* no ato econômico, é também correto pretender que há nêlo o social, irreduzível ao individual; e há que (usando-se o falar moderno, continua Guitton) reconhecer o papel que, na inteligência do fenómeno, tem a análise das *micro-decisões* e das *macro-decisões*. Como a consideração do *único* ao lado de do *múltiplo*, o estudo do *grande número* e do *aberrante*. Como o *racional* da atitude econômica ao lado do *irracional*, o *mensurável* e o *não-mensurável*.

Para marcar ainda mais a riqueza do objeto econômico diz Guitton, há ainda a idéia de *tempo*, com a qual se há de jogar para pensar a totalidade do objeto econômico (págs. 104-105).

De tudo isso conclui, terminando, que há um imenso trabalho a completar-se, a que devem dedicar-se todos os pesquisadores tôdas as tendências, principalmente quando, como neste momento, os problemas econômicos "ont envahi la place publique" "et ne sont plus simples passe-temps inoffensifs d'academiciens". Pelo que os convoca para esta tarefa inelutável de adaptação prática que exige, cada vez mais, uma adaptação teórica adequada, e que é talvez exigência dominante da hora presente (págs. 105-106).

Segue-se a primeira observação, de Léon Dupriez, professor da Universidade de Louvain, cingindo-se a três questões: quanto à primeira — da racionalidade do ato econômico — conclui que "o estudo da racionalidade do ato econômico peca por excessos sistemáticos; respeito à segunda — do valor de certas analogias científicas — salienta que é insuficiente o processo e que é difícil "a escolha do método apropriado à economia (escolha que determina, em grande parte, se não o objeto estudado, pelo menos o objeto do conhecimento) em falta de um método diretamente apropriado (pág. 114); relativamente à terceira — do caráter normativo da economia — conclui que o debate permanecerá aberto por muito tempo, após distinguir entre a economia *política*, *normativa* e a economia *positiva*, sobre a qual se apoia".

A segunda observação cabe a Francesco Vito, professor da Universidade Católica de Milão, e fixa, de logo, que a linha de desenvolvimento mais digna de atenção (e mais do que a distinção como ciência da riqueza material, das trocas ou das cousas raras), é a que marca a transição da economia tendo como objeto um setor determinado da vida social — o da produção e do comércio — para a da economia que estuda um aspecto de toda a vida social — o que resulta da limitação dos meios para atender aos fins, e que implica o emprego mais eficaz desses meios. Passa, após desenvolver esse tema, a outros

do estudo de Guitton (psicologia racionalista e psicologia real, e neutralismo e humanismo), para concluir explicitamente que não apenas há "duas famílias de espírito "suceptíveis de se compreenderem e aproximarem", como existem "índices que revelam a transição da economia política da fase de neutralidade à do humanismo".

Alongamo-nos no resumo das teses do livro porque, parece-nos, o problema, de magnitude que não se poderá nunca super-valorizar, não tem sido suficientemente debatido. Os autores, em geral, dedicam-lhes algumas linhas de seus volumes, cuidando cada um que, com o simples enunciar de sua opinião, se espancam tôdas as dúvidas.

Verdade, porém, é que continua irresolvido, a desafiar a análise dos entendidos. O "balanço" de Guitton veio responder a essa necessidade de um estudo mais aprofundado. Infelizmente, contudo, não é, nas conclusões, dos mais animadores. Se fixou as desinteligências e se tentou marcar rumos novos, não se pode afirmar que o tenha conseguido. Que a Economia assume sentido humano, que se dinamiza ao contacto da realidade do homem e do esforço para resolver-lhe os problemas, que, como diz Vito, "resultam da limitação dos meios para atender aos fins", o que implica o emprêgo mais eficaz desses meios, não há negar. Mas que se consiga vencer a força do *neutralismo* e integrar-lhe o conteúdo de substância ética (questão de que os estudos do próprio Guitton, de E'mile James, de Vito e outros nos "Études à la mémoire de Eugène Duthoit" são exemplo), não cremos se atinja tão cedo, nem mesmo se pode afirmar (e a dúvida não é só nossa, porque vem valorizada pelas observações de Dupriez e Vito) seja o mais consentâneo com a natureza da ciência econômica.

A obra de Guitton tem, entretanto, ainda que outros méritos não apresentasse, o de convocar a atenção para o problema do objeto da Economia, fundamental mas descurado, instante mas esquecido.

E pelas qualidades de clareza, precisão e sistemática de exposição, à parte de considerável esforço de análise construtiva que apresenta, preenche lacuna das mais sérias da bibliografia da Economia Política, constituindo passo seguro possibilitando-lhe a fixação de rumos firmes a seguir como ciência de ação humana. — OSCAR DIAS CORRÊA.

RUI DE SOUZA: *Ciência das Finanças*. Manuais da Faculdade de Direito da UMG. N.º 1. Parte geral, Tomo I, 262 pp. Belo Horizonte, 1953.

Com este volume, inicia a direção da Faculdade de Direito da UMG a publicação de uma coleção de manuais práticos, destinados aos estudantes, tendo em mira colocar ao seu alcance livros autorizados e a preços módicos.

A característica material desta coleção é ter sido impressa nas oficinas da própria Faculdade, em impressora "Multilith", conseguindo alcançar índice realmente compensador no preço de produção.

Outros professores já preparam seus manuais de cursos de bacharelado e podemos esperar que, dentro de poucos anos, a Faculdade de Direito terá editado amplo material de estudo para uso dos universitários.

O primeiro volume da coleção é constituído pelas preleções do prof. Rui de Souza, docente em exercício da cadeira de Ciência das Finanças e abrange o exame das sete teses iniciais do programa, assim enunciadas:

1 — As necessidades públicas e meios de satisfazê-las; 2 — Caracterização da Ciência das Finanças; 3 — A despesa pública; 4 — O fenômeno dinâmico da despesa pública; 5 — A receita pública; 6 — A teoria das taxas; 7 — A contribuição de melhoria.